

## A ESPACIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS PARA AGENDA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

### THE SPATIALITY OF PUBLIC POLICIES IN BRAZIL: THEORETICAL ASPECTS FOR THE BRAZILIAN GEOGRAPHY AGENDA

### LA POLÍTICA PÚBLICA ESPACIALIDADEN BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS DE AGENDA DE GEOGRAFÍA DE BRASIL

**Vanessa Teixeira**

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO),  
Guarapuava/PR

e-mail: vanessateixeira1904@hotmail.com

#### **Resumo**

O presente artigo, de cunho teórico propõe apresentar uma breve fundamentação teórico-conceitual em referência as políticas públicas enquanto elemento que qualifique para uma abordagem das estratégias de desenvolvimento no território, como forma de contribuir a agenda da Geografia Contemporânea, uma vez que, grande parte das discussões apresentadas são produtos da organização política do país. No intuito de atingir com os objetivos proposto foram utilizados os estudos de Ribeiro (2014); Mello-Théry (2011); Melazzo (2010); Rodrigues (2014); Souza (2006; 2003) Trevisan; Bellen (2008); Frey Klaus (2000); Serpa (2011); e outros. Também, buscou-se fazer um levantamento dos estudos recentes em periódicos da Geografia. Tal análise permitiu compreender as transformações e ações do Estado no contexto brasileiro e a importância da abordagem geográfica para os estudos de políticas públicas.

**Palavras-Chave:** Política Pública; Geografia; Estado.

#### **Abstract**

This article, the theoretical, propose to present a brief theoretical and conceptual basis in reference public policies as an element that qualifies for an approach to development strategies in the territory, as a contribution to the agenda of Contemporary Geography, since much the discussions presented are products of the political organization of the country. In order to achieve with the proposed objectives were utilized Ribeiro studies (2014); Mello-Théry (2011); Melazzo (2010); Rodrigues (2014); Souza (2006; 2003) Trevisan; Bellen (2008); Klaus Frey (2000); Serpa (2011); and others. In addition, we tried to do a survey of recent studies in journals of Geography. This analysis allows us to understand the changes and states shares in the Brazilian context and the importance of geographical instance for policy studies

**Keywords:** Public Policy; Geography; State.

#### **Resumen**

En este artículo, el teórico, se propone presentar una breve base teórica y conceptual en las políticas públicas de referencia como un elemento que califica para un acercamiento a las estrategias de desarrollo en el territorio, como una contribución a la agenda de la Geografía Contemporánea, ya que gran parte los debates presentados son producto de la organización política del país. Con el fin de lograr los objetivos propuestos fueron

utilizados estudos Ribeiro (2014); Mello-Théry (2011); Melozzo (2010); Rodrigues (2014); Souza (2006; 2003) Trevisan; Bellen (2008); Klaus Frey (2000); Serpa (2011); y otros. Además, hemos tratado de hacer una encuesta de estudios recientes en revistas de Geografía. Este análisis nos permite comprender los cambios y las acciones del Estado en el contexto brasileño y la importancia de la instancia geográfica de estudios de políticas.

**Palabras clave:** Política pública; Geografía; Estado.

## **Introdução**

O presente artigo faz parte de uma proposta de pesquisa da disciplina de “Poder e estratégias de desenvolvimento urbano/regional” junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)<sup>1</sup>, dentro da linha de pesquisa “Dinâmica dos espaços Rurais e Urbanos”, deste programa. Este estudo tem por objetivo apresentar uma breve fundamentação teórico-conceitual em referência as políticas públicas enquanto elemento que qualifique para uma abordagem das estratégias de desenvolvimento no território, como forma de contribuir a agenda da Geografia contemporânea, uma vez que, a Geografia pensa o território, torna visível às relações e a instrumentalização da política na dimensão espacial.

No intuito de atingir aos objetivos proposto, foram utilizados os estudos de Ribeiro (2014); Mello-Théry (2011); Melazzo (2010); Rodrigues (2014); Souza (2006; 2003) Trevisan; Bellen (2008); Frey Klaus (2000); Serpa (2011); e outros. Também, buscou-se fazer um levantamento dos estudos recentes em periódicos da Geografia de maneira a fortalecer a base de discussão desta pesquisa, na qual parte das discussões apresentadas são produtos da organização política do país.

Neste sentido, talvez o exemplo mais notório seja as ações públicas por meio das intervenções políticas (planejamento, ordenamento territorial, políticas públicas e outros) dos atores nas diferentes escalas. Cabe ao geógrafo, assim, apreender a espacialidade dos fenômenos políticos dentro de suas diferentes dinâmicas e diferentes escalas políticas avaliando, assim, a combinação de múltiplas variáveis no território, as interações e os resultados dessas interações que estão em constante modificação, não são fixas, mas sim continuamente em movimento (BECKER, 2010).

---

<sup>1</sup> Campus Guarapuava – PR.

O debate sobre as questões das políticas públicas neste estudo se coloca para integrar uma discussão sobre uma das ações no território de uma instituição política por excelência, o Estado. O mesmo possui intencionalidade e interesses instituídos dentro de um sistema de objetivos, adquirindo materialidade no espaço a partir do sistema de ações (CASTRO, 2012). Para Santos (2009, p.95) as ações não acontecem sem “[...] um objeto, e quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto”, esta concepção pode ser segmentada no sentido da atuação do Estado na organização de um determinado território.

Aliás, as ações estão acompanhadas pelas intencionalidades, que a princípio, segundo Santos (2009), é uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto. Toda ação sobre o território contém uma intencionalidade, é uma conduta para atingir um objeto - revelam finalidades - um movimento consciente e voluntário que envolve diferentes agentes, são expressas nas estratégias de ação; práticas. A intencionalidade pode ser verificada nas formas das coisas, ideias, pessoas etc. (SANTOS, 2009).

No que remete ao Estado, pensar sobre o mesmo é se deparar a uma das mais importantes instâncias de poder no território, este último que confere substância ao Estado, isto é, sem o território o Estado é uma figura jurídica, uma intenção, mas não deixa de ser uma realidade histórica e social (CASTRO, 2009). Dessa maneira, o território é base de poder para o mesmo na organização da sociedade, o Estado que possui característica funcionalista e institucionalista, na primeira faz referência a suas funções, estabelecendo medidas e ações para atender a população, a segunda perspectiva esta relacionada ao que compõem institucionalmente - o corpo de funcionário, instituições etc. (RODRIGUES, 2013). É nessa primeira perspectiva que o estudo encontra-se pautado.

Reconhecemos a solidez do alicerce histórico do Estado, com a imposição do neoliberalismo no cenário político atual é um elemento essencial a regulação da economia, pois ainda é funcional, seja por questões relacionadas a sociedade ou para o mercado, o mesmo age simultaneamente a favor da competitividade e lucro, mas impõem regras para minimizar imponderação dos acordos, com centralidade territorial, que o faz ser constantemente questionado, tanto pelas suas funções como pelas as ações reguladoras no espaço. Entretanto, é menos inoperante em escala global, mas com grande força as

escalas regionais e locais, visto dessa maneira, o mesmo não submergiu sua capacidade de ação (SAQUET; SPOSITO,2008).

Contudo, na sociedade contemporânea não é possível pensar o Estado enquanto um único poder político, outros atores também exercem um papel na espacialidade dos fenômenos políticos, mesmo o Estado constituindo um importante agente responsável na delimitação do exercício de relações no território.

As políticas públicas enquanto uma de suas ações são intervenções promotoras para o desenvolvimento, buscando garantir acesso a bens, serviços públicos aos habitantes (RODRIGUES, 2014) atuando para minimizar as desigualdades socioespaciais, primando por um desenvolvimento local, regional ou nacional. Nessa medida, as políticas públicas estão intimamente relacionadas aos problemas no campo de desenvolvimento (MELLO-THÉRY, 2011).

Falar sobre desenvolvimento é uma abordagem fundamental a Geografia, principalmente no que compete aos seus impactos sobre a o território, seja na ordem econômica, política ou social no âmbito de problemas nacional, regional ou local. Sobre sua noção teórica, verificam-se inúmeras discussões, definições e questionamentos no espaço tempo, mas principalmente, deve encobrir as reflexões confinadas a Geografia econômica. Alguns autores trabalham a mesma dentro da ideia de bem comum, com uma base de discussão na questão de planejamento e gestão territorial, uma vez que a compreensão de desenvolvimento vai ao encontro da “mudança, transformação - e uma transformação positiva, desejada ou desejável” (SOUZA, 1996, p.5). Assim, falar de desenvolvimento vai de encontro à mudança no valor social.

Segundo Castro (2009, p.14) o desenvolvimento passa por duas ideias, a primeira no viés institucionalista, assim centrada “a *comunidade cívica* constituir e acumular capital social que surge da convivência social, na qual interagem competição e cooperação, bem como reforça os fundamentos da vida democrática [...]”. Já a segunda ideia pauta-se ao debate sobre os regimes políticos que comprometem positivamente ou negativamente o processo de desenvolvimento (CASTRO, 2009).

Para outros autores, o desenvolvimento se insere enquanto campo de poder, como é o caso do pesquisador Gustavo Lins Ribeiro, onde observa que "a estrutura e a dinâmica de cada campo de desenvolvimento estão

marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses que são articulados por meio de processos históricos de estruturação de redes" (RIBEIRO, 2014, p.111). Assim, o desenvolvimento enquanto campo de poder está vinculado a um conjunto de inter-relações, com valores e práticas específicas que operam em determinados contextos, é heterogêneo com diferentes atores, instituições, discurso, estratégias e força (RIBEIRO, 2014). Com base nessas questões, os atores e sujeitos presentes no campo de desenvolvimento recaem aos "representantes" dos diferentes seguimentos da sociedade, como, por exemplo, "elite local, líderes de movimentos sociais, empresários privados, funcionários e políticos em varias escalas de governo, as corporações internacional, instituições - governamentais e não governamentais - e outros" (RIBEIRO, 2014, p. 110).

Nesse propósito, o desenvolvimento implica transformações decorrentes do encontro de grupos ou camadas sociais que tem menos ou mais acesso, e assim podemos pensar sobre as políticas públicas, e as ações de desenvolvimento estão amarradas por poderes hegemônicos e pela disparidade social (RIBEIRO, 2014). Dito de outra forma, nesse contexto, o desenvolvimento passa a ser "compreendido como as promessas de modernidade (as cumpridas ou não) tipo: igualdade jurídica, bem-estar, saúde, educação [...]" (CASTRO, 2009, p.9).

### **Políticas públicas: breves considerações para uma definição**

Inicialmente, é importante ponderar três dimensões sobre o tratamento do termo "políticas públicas" no Brasil, além de serem relacionadas entre si, assim:

"(i) área de análise e investigação científica independente; (ii) ferramental de decisão, planejamento e gestão governamentais; e (iii) campo de militância de movimentos e organizações pela conquista de direitos sociais e pela participação nos rumos das políticas setoriais" (RIBEIRO, 2014, p. 382).

Nesse propósito, a política pública se coloca enquanto uma subárea científica; enquanto ferramenta da agenda pública; e como uma luta de uma

parcela populacional que reivindica essas necessidades e essas disparidades sociais, isto é, os setores marginalizados.

Discutir sobre a temática de política pública não é uma tarefa fácil, a começar pelas inúmeras definições que são atribuídas a ela. Celina Souza em seu estudo faz uma relação de vários pesquisadores e definições de políticas públicas defendidas por eles, apresenta a abordagem Lynn (1980); Mead (1995); Peters (1986); Dye (1984). Entretanto, a autora afirma que a definição mais conhecida permanece sendo a do pesquisador Laswell (1936), que partilha pela ideia que as “decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2006). Além disso, o pesquisador Harold Laswell, junto com Henry Simon; Charles Lindblom e David Eastonsão considerados os quatro principais fundadores da área de Políticas Públicas.

Considerando os pesquisadores apresentados acima, entendemos que não existe uma única e melhor definição sobre o que consiste como política pública (SOUZA, 2006). Desta forma, nossa reflexão busca enxergar a noção “políticas públicas” aos interesses do coletivo, assim, os interesses particulares e individuais não devem extrapolar esses limites, e ainda, deve ser um uma expressão em discussão pública/aberta a população, entretanto, para sua formulação e execução necessita-se de certo grau de legitimidade por parte dos autores (MELOZZO, 2010).

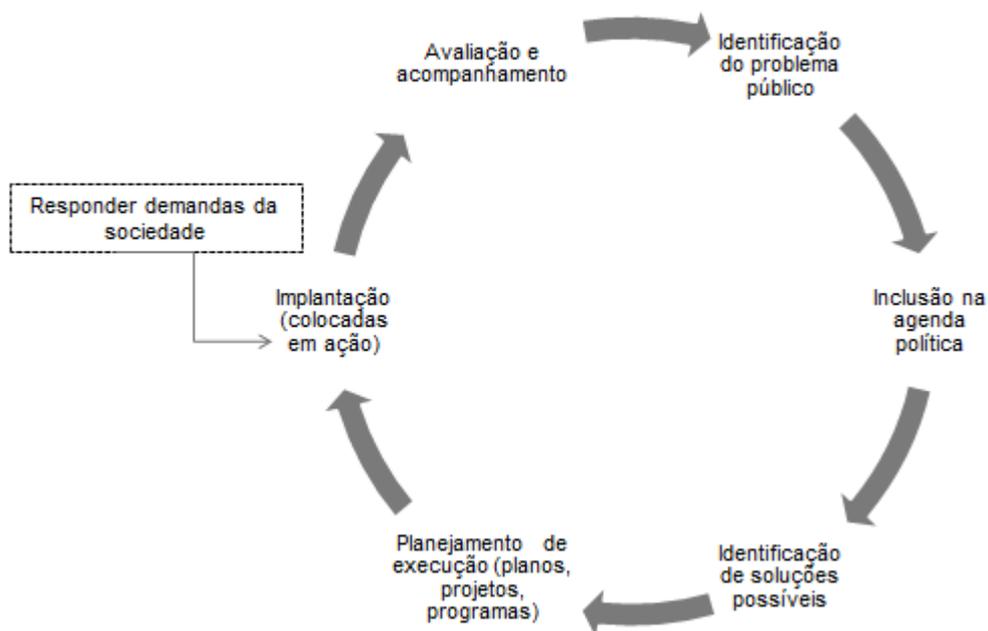
Para Höfling (2001, apud, RIBEIRO, 2014) a políticas públicas são ações do Estado para as demandas sociais das sociedades, mesmo que o processo envolva decisão de organismo estatal, agentes ou instituições interessadas na política a ser instituída. Numa compreensão mais ampla, não são neutras para os atores que participam de sua elaboração, são decisões e ações revestidas pela autoridade do poder público, ocorrendo por uma dinâmica “[...] simultânea e permanentemente, estão entrelaçadas, inter-relacionadas e são interdependentes, influenciando-se de forma mútua.” (MELLO-THÉRY, 2011, p.12). Souza (2006, p.27) acrescenta a esse respeito outros segmentos, e não unicamente os governos compreendem suas formulações, assim, “grupos de interesses e os movimentos sociais, cada um com sua maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo”.

Desta maneira, “em uma sociedade de conflitos e interesses de classe, elas são o resultado do jogo de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdos que são produzidas pela interação de agentes de pressão que disputam o Estado” (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013, p.148). Tais agentes são identificados como: políticos e partidos políticos, empresários, organizações, sindicatos etc. cada um fazendo parte de um conjunto de perda/ganho com a política em debate, dentro do conjunto de interesses afetados pelas decisões/ações da política pública.

Höfling (2001 apud RIBEIRO, 2014) lembra ainda, que política pública não se dá como sinônimo de governo e nem devem ser reduzida a burocracia pública. Além do mais, é prudente lembrar que as políticas públicas são mais amplas que as políticas sociais, essa última engloba uma das quatro subdivisões da primeira, ou seja, a política pública compreende as políticas sociais, econômicas, de infraestrutura e gestão pública.

No esquema abaixo (figura1) verificamos as etapas que procedem as políticas públicas até suceder a avaliação, para isso, cada etapa deve obedecer algumas prioridades, objetivos, princípios, diretrizes (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013).

Figura 1 – Esquema representativo das etapas das Políticas Públicas



Fonte: SOUZA, 2006. Org.: Teixeira (2014).

Ainda a esse respeito, Souza (2006) reafirma que a mesma envolve a formação de uma agenda pública e de um elenco de ações e procedimentos que procura à resolução moderada de conflitos no que inclui alocação de bens e recursos públicos, envolvendo o Estado e a Sociedade Civil. Assim, as políticas públicas surgem por problemas construídos, uma vez que, para o mesmo ser incluído na agenda política, antes de tudo, precisa ser reconhecido como tal (RODRIGUES, 2014). Além do mais, eleva uma escolha dos valores sociais preponderantes dentro do quadro socioespacial, verifica-se ainda, a presença nesse processo dos atores políticos e da opinião pública (RODRIGUES, 2014).

Como dito acima, são problemas estabelecidos através de “questões elaboradas e reconhecidas como públicas, a partir do confronto de interesses e de projetos divergentes” (RODRIGUES, 2014, p.153).

Como se percebeu, essa dinâmica expressa além dos interesses do coletivo, os interesses particulares, como salientam Rodrigues (2014) e Souza (2006) em seus estudos. Este primeiro autor menciona que “um problema reconhecido como público pode ser produto do sucesso de grupos de interesses em conferir visibilidade às questões que lhes afligem” (RODRIGUES, 2014, p.153).

Mas afinal, quais os interesses envolvidos para um problema social entrar e permanecer na agenda das políticas públicas?

Em síntese, na análise da agricultura familiar, por exemplo, a falta de políticas públicas voltado para essa categoria social – relação que vem se alterando de maneira paulatina, nos últimas décadas pela organização dos movimentos sociais do campo – é reforçada pelo fato que a mesma “nunca apresentou organização e força a ponto de influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola” (DENARDI, 2001, p.57). Por outro lado, tem-se o problema reconhecido na agenda política, entretanto, por confluir a interesses dominantes, ficam estagnados ou são implementados em pequenas medidas (exemplo a reforma agrária).

De modo geral, quem estabelece esse grau de importância para colocar enquanto problema social são os atores políticos envolvidos e a própria opinião pública. De acordo com Gomide (2008, p.8):

não é somente a existência de uma solução que faz com que um problema seja inserido na agenda, transformando-se numa política: é necessário um contexto favorável no qual o problema seja reconhecido (...) e é preciso também que existam soluções viáveis e aceitáveis.

Nesse sentido, a política pública está inserida em um contexto amplo e interligada a vários atores. Olhar as políticas públicas é se deparar que os fundamentos de sua relação são políticos, estabelecendo estratégias e táticas frente aos outros membros da sociedade para impor critérios e formas de atuação. Desta maneira, é inegável que a mesma impõe um conjunto de interações e estratégias em ações para o desenvolvimento do território, como explica Castro (2013) quando afirma que a produção territorial correlacionada a aplicações de recursos públicos demonstram o fazer político no espaço, evidenciam uma visibilidade as organizações da sociedade e suas decisões, que procedem em políticas públicas.

## **Formação e trajetória da política pública**

A política pública se institui enquanto campo de conhecimento no início dos anos de 1950 nos Estados Unidos da América enquanto uma subárea da ciência política sob a qualificação de *policy science* em uma linguagem de relações com as bases teóricas da ação do governo, ou seja, deveria lidar na compreensão sobre 'como' e 'porque' os governos escolhem determinada ação (SOUZA, 2006). De qualquer forma, partindo da compreensão juntamente com Ribeiro (2014), que naquele momento a subárea de política pública tinha como objeto de análise os programas governamentais, na relação das ações que visam o comprimento dos direitos sociais (saúde; educação; transporte, habitação e outros).

Na Europa, as pesquisas no campo de políticas públicas sucedem a partir do início dos anos 1970, principalmente por uma ascensão da socialdemocracia a planejamento e políticas setoriais (FREY, 2000). Desta forma, priorizando estudos do Estado e suas instituições, visando sobre o papel do governo enquanto produtor de políticas públicas com bases nas teorias explicativas sobre o Estado, ao oposto dos estudos dos EUA que priorizavam

um reconhecimento analítico do caráter da produção dos governos, sem qualquer preocupação teórica do Estado (SOUZA, 2006).

Sobre as políticas públicas no Brasil, por volta de 1940 os geógrafos havia certo envolvimento prático sobre o planejamento governamental (MELLO-THÉRY, 2011), um país basicamente rural e de poder oligárquico, inserido em um contexto de Estado desenvolvimentista (RUCKET, 2005), entretanto, foi rompido com o governo militar (1964 a 1985) colocando o Brasil frente a um Estado autoritário, que intensificou um processo de rejeição da temática pelos geógrafos em decorrência ao estigma da Geografia dos militares (MELLO-THÉRY, 2011).

Mas é a partir do final de 1980/1990, que a política pública adquire grande relevância enquanto discussão no meio científico e na gestão pública, com grande ênfase a análise das estruturas e características dos processos de negociação de políticas setoriais específicas (FREY, 2000). Uma vez que, até então as políticas eram puramente voltado ao econômico, com enfoque setorial e produtivista, assim, em 1970 ainda havia uma agenda publica limitada aos impactos distributivos da ação governamental e projetos de modernização conservadores (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Como se sabe, o regime militar brasileiro “adotou um projeto de modernização que sacrificou a participação popular e retardou a redistribuição social em favor do crescimento econômico rápido” (REIS, 1998, p.214,). Reis (1998, p.214) menciona ainda, sob um discurso governamental na época<sup>2</sup> “foram implementadas políticas que intensificaram as desigualdades sociais e reprimiram as demandas de redistribuição”.

Até meados década de 1970, o país encontrava-se em uma fase de constituição e projeção de empresas sob controle do Estado, com a criação de grandes infraestruturas de comunicação, energia, transporte etc. Nos anos subsequente, sob forte influência de ideologias liberais (EUA e Inglaterra), tem-se um esgotamento/diminuição da ação estatal na organização da economia e do território. Desse modo, no início da década de 1980, entrava em cena a ideologia da privatização e desnacionalização de empresas no Brasil, na qual

---

<sup>2</sup> A retórica governamental era: “é preciso primeiro deixar o bolo crescer para depois dividi-lo” (REIS, 1998, p. 214).

recebe animo pelos decorrentes governos a presidência da república (CONTEL, 2006).

De acordo com Steinberger (2013, p. 42), o “Brasil não ficou infenso a globalização neoliberal imposta ao mundo. Ao contrário, os governos dos anos de 1990 mergulharam no seu receituário”. Nesse contexto, o cenário político no Brasil nesse período retratava o início dos debates administrativos do Estado brasileiro que deram princípios governamentais básicos ao território inserindo.

Neste caso, o aparecimento das políticas públicas (década de 1990) pode ser analisado como resultado do cenário de redemocratização no país, modelo de democracia representativa que reaparece no cenário político brasileiro e fortifica a ideia de programas governamentais, apesar de estar essencialmente atrelado em função da competição eleitoral. Assim, o “aparecimento” das políticas públicas se tonificou pela autonomia dos governos locais; a possibilidade participação de políticas setoriais até então dos setores excluídos; os mecanismos de representação de interesses (Ribeiro, 2014).

É importante frisar que no período de 1985 a 1989 - governos de transição e ainda diante de significativos problemas financeiro,

[...] deu muita ênfase as políticas de bem-estar social. Porém, [...] a tentativa de distribuição teve pouco êxito. Na verdade, a ausência de uma estrutura partidária consolidada e de outros canais competitivos institucionalizados obrigava o Estado a ter uma participação desproporcional na definição de políticas sociais, inserindo os velhos mecanismos de clientelismo no novo ambiente político. (REIS, 1998. p.214).

Nos anos de 1990 se verifica a crise dos Estados desenvolvimentistas periféricos e se inclui a reforma do Estado, que passou a ser o principal organizador da agenda pública e estabelece novas relações com a sociedade com o surgimento dos novos atores sociais com funções diferenciadas (TEIXEIRA, 2002) dentro de um cenário marcado pela globalização financeira e a industrialização crescente e flexível (RUCKET, 2005). Um contexto de transformação do sistema capitalista e a intensificação da globalização no mundo, que já se estava em curso anos antecedente. Segundo Rucket (2005) os empreendimentos de caráter associativo buscaram naquele momento, implementar com auxílio das políticas públicas, novos núcleos de geração de projetos.

De modo geral, segundo Silva (2012) dois elementos marcaram esse período para as políticas públicas, primeiramente à volta ao Estado democrático de direito, com a promulgação da constituição de 1988 que institucionaliza amplas medidas e direitos sociais (SILVA, 2012) permitindo a legalização de diferentes movimentos sociais, no qual as políticas públicas passaram a alcançar escalas subnacionais, em especial aos municípios. E secundariamente a participação da população nessas políticas, embora que hoje, consistem de modo incipiente e irregular no Brasil (SILVA, 2012). Nesse contexto, o cenário político no Brasil na década de 1990 retratava o início dos debates administrativos do estado brasileiro, que deram princípios básicos governamental no território, inserindo uma descentralização administrativa das políticas publicas com o papel dos municípios.

Outro ponto importante remete ao período que sucede a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva a presidência em 2002, marcado por uma significativa implantação das políticas econômicas na busca de desenvolvimento; manutenção do controle da inflação; investimento na produção; ampliação dos programas sociais, intensificação nas políticas de distribuição de renda e outros, na qual procurou encontrar um modelo de distribuição de renda mais favorável, oferecendo uma inclusão social e minimizando disparidade sócio espacial no país.

Assim, o período de 2003 no Brasil, é caracterizado pelo hibridismo, por manter alguns traços dos precedentes, assim, o governo brasileiro não abandona o modelo neoliberal efetivamente, no entanto, adotou um modelo de desenvolvimento social ancorado em sua maior parte ao mercado interno e dirigido para salvar antigas dívidas sociais (retomando uma série de políticas públicas aos vários setores da sociedade, inclusive ao ensino e pesquisa) (STEINBERGER, 2013).

Em síntese, um dos principais elementos foi à mudança do foco de política para combater as desigualdades e as contradições sociais do país.

## **Políticas públicas e sua interdisciplinaridade**

A política pública tem estado constantemente presente nos debates e nos trabalhos e pesquisas científicas, o que, significa que não se trata de uma

temática unicamente interna a Ciência Política, uma vez que outros campos científicos se ocupam dela para seus estudos (Figura 2).

Tendo em vista que cada ciência materializa sobre sua abordagem um sentido próprio, procurando atender os métodos e temas destacados por cada área de conhecimento que incorpora suas discussões, na Ciência Política como na Sociologia os estudos priorizam uma investigação a política como resultante das interações de diferentes grupos, segmentos e classes, já em relação ao segmento administrativo os estudos recaem no aparelho do Estado e a constituição de uma estrutura normativa, conforme os períodos históricos (MELAZZO, 2010). Na Sociologia, as políticas públicas auxiliam a análise principalmente pelas relações Estado e sociedade (CORTES; LIMA, 2012, p. 36).

Figura 2 – Áreas de conhecimento com foco de estudos em políticas públicas



Fonte: SOUZA (2006); Org.: Teixeira, V (2014).

No campo de estudos da economia, por exemplo, quando pensada em suas investigações, a questão política remete ao “plano de escolhas racionais de agentes que tomam decisões sobre recursos – econômicos/financeiros ou não- isto é, por que determinados rumos de ação” (MELAZZO, 2010, p. 10). No plano administrativo, o debate da economia

encontra-se aos resultados possíveis a serem alcançados pela organização governamental (MELAZZO, 2010).

Quanto à análise pela geografia, em vista de suas diversas abordagens nas subáreas dessa ciência, prevalece uma visão “do ‘por que’ de uma política pública ter sido desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos na decisão, além dos que serão afetados pela política pública” (RODRIGUES, 2014, p. 154). De acordo com Serpa (2011) cabe ao geógrafo focar na dimensão espacial, verificar a partir das diferentes escalas geográficas sobre a distribuição espacial dos programas, planos/projetos no território, as desigualdades advindas da formulação a implementação das mesmas no Brasil, e na relação dos níveis de governo federal – municipal. Consolidando assim, um marco relevante aos estudos geográficos.

Serpa (2011, p. 41) avalia que as pesquisas geográficas contribuem em vários sentidos, isto é, nos “recortes espaciais utilizados vêm se constituindo em uma base espacial adequada para aproximar os segmentos da sociedade das instâncias de planejamento e gestão territoriais em um processo efetivo e legítimo de participação popular”. Desta maneira, compete ao geógrafo contemporâneo “pensar além de políticas de Estado, procurando refletir sobre as demandas e questões que angustiam a sociedade, pensar sobre o poder instituinte, (RODRIGUES, 2014, p.157), ou seja, destituído por atores que buscam delinear institucionalmente aquilo que está em gestação, como explica Castro (2005, p.93) “atores sociais que se organizam para institucionalizar suas demandas nos limites de um território legitimamente definido para essas decisões e ações”.

Em suma, ao mesmo tempo em que é uma disciplina específica da Ciência Política é um campo interdisciplinar, com fronteiras porosas (CORTES; LIMA, 2012). Assim, ao reconhecermos que é um campo interdisciplinar remete-se a duas implicações, a primeira está ligada a um terreno que se torna comum para varias disciplinas, teorias e modelos analíticos. A segunda implicação é que mesma não sofre por coerência teórica ou metodológica, apenas é vista sob diferentes olhares teóricos, do mesmo modo, não esta destituída de possibilidades analíticas.

Um dos pontos que beneficia essa gama de campos integrarem sobre a abordagem de políticas públicas é o fato de a mesma incluir-se em uma díade conceitual–Estado e sociedade, assim como afirma Cortes; Lima (2012, p. 33) “é uma das razões pelas quais as políticas públicas são intrinsecamente interdisciplinares”.

## **Cenário brasileiro no pensar e fazer política pública**

O Brasil no quadro atual é marcado por intensos processos de mudanças e transformações provocadas pela “visibilidade e na aceleração dos tempos, dos ritmos, e dos interesses que se movem de modo assíncrono em diferentes escalas” (CASTRO, 2013, p.36). Uma realidade comandada pela materialidade da ação humana, ações políticas, de fluxos de capital, informações, ordens presentes no território. Para Santos; Silveira (2011, p. 247) a configuração territorial se dá por um conjunto de sistemas naturais, objetos técnicos e culturais estabelecidos ao longo da história, ou seja, engloba “ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes continuadas em ações”.

Segundo Ribeiro (2014, p. 382) no Brasil a trajetória da política pública como área de pesquisa mantém as principais características de suas matrizes teóricas fundadoras, isto é, europeia e norte-americana, verificando sobre “foco nas ações, nos ideários e nos discursos dos grupos sociais envolvidos; centralidade do papel do Estado; multidisciplinaridade; e análises dos resultados e andamentos das ações e programas governamentais.”

Nos últimos anos, verifica-se no país um crescimento de estudos sobre as políticas governamentais (TREVISAN; BELLEN, 2008), incidência de disciplinas em programas de graduação e pós-graduação sobre políticas públicas (ARRETCHE, 2003). Tem-se ainda, um número importante de estudos sobre as políticas setorializadas, com uma significativa concentração no âmbito da saúde, educação, habitação/moradia, gênero, segurança, violência, ambiental, territoriais: Amazônia, cerrado, para regiões metropolitanas, cidades pequenas, urbanas, agrárias, de combate à pobreza, segurança alimentar e outras.

Nos estudos do pesquisador Mello-Théry (2011) verifica-se um fortalecimento do papel das políticas públicas com uma preocupação destinadas

a áreas que estavam inconscientes na agenda pública, como é o caso das políticas ambientais que se amparam aos espaços protetores da biodiversidade; as políticas públicas urbanas, pois apresenta uma arena na demanda de reestruturação do espaço e a respeito do reordenamento do território; políticas públicas rurais, sobretudo, pelas “repercussões dos processos urbanos no meio rural e nas regionais, em países onde ainda há necessidade da indução de processos de desenvolvimento para regiões menos favorecidas” (MELLO-THÉRY, 2011, p.12).

O X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE) realizou-se em Campinas – SP, em 2013, trouxe como abordagem geral “Geografias, políticas públicas e dinâmicas territoriais”, dentro da proposta de dois grandes eixos de reflexões responsáveis pela interpretação e pelas ações sobre as dinâmicas territoriais. Assim, a Geografia e sua crescente produção e estruturação institucional de pesquisa, no Brasil, e o seu papel na orientação social, econômica, política, cultural tecnológica e ambiental das políticas públicas no país vinculadas as dinâmicas territoriais.

Em entrevista Maria Tereza Duarte Paes, presidente da diretoria da ANPEGE naquela ocasião, esclarece a constituição da temática geral do encontro, informando que a questão das políticas públicas era temática vertical das mesas redondas no sentido de relacionar a produção científica com a prática, o exercício mesmo das políticas públicas. Lembra, ainda, que foram grandes os esforços para abrir espaço no ENANPEGE para representantes dos órgãos públicos no sentido de fortalecer o diálogo, de tornar a ANPEGE mais representativa em termos de seu reconhecimento público e das políticas públicas - com mais veemência e reivindicando postos de trabalhos, uma vez que, a Geografia pensa o território, pensa a produção, pensa a área e outros.

Segundo Fernandes (2015, p. 144) de acordo com o relatório do balanço sobre as participações do Grupo de Trabalho Geografia e Políticas Públicas do X ENANPEGE, percebe-se que “havia uma grande diversidade de políticas analisadas em diferentes escalas e recortes temporais; como os trabalhos apresentados focavam em uma política ou experiências, ocorria uma fragmentação das políticas públicas; as análises sobre a etapa de avaliação predominava sobre as demais etapas (criação da agenda, formulação e

implementação); “leituras do Estado” divergentes; a abordagem de assuntos relevantes como papel dos agentes, conflitos de interesses, relação público x privado e o conceito de políticas públicas era realizado de forma superficial; e por fim, havia pouco rigor com o debate geográfico”.

Assim, a intenção aqui foi apenas, reconhecer e destacar que as políticas públicas como recorte de análise no campo geográfico brasileira que vem ganhando dimensões cada vez maiores com o passar dos anos. Segundo Saquet (2011, p. 12) “a produção do conhecimento - pensamento é processual e relacional, ao mesmo tempo, resultado e condições da relação de unidade espaço – tempo. Vivemos a unidade espaço-tempo todos os dias, a cada minuto, a cada segundo, em qualquer lugar e território”. Dentro dessa perspectiva, percebe-se que as temáticas dos grupos de trabalhos dos ENANPEGE são reflexos dessa transformação e complexificações dos estudos geográficos retratados da realidade.

É por isso, de acordo com Vitte (2009, p. 91), que nas “últimas décadas estamos assistindo um debate mais relativo aos avanços da Geografia e de suas subdisciplinas”, inclusive na representatividade da produção científica em políticas públicas, o que tem permitido a constatação da pluralidade da Geografia nos temas emergentes e aqueles fragilizados.

Nessa perspectiva, em uma tentativa de verificar, mesmo que parcialmente, sobre as pesquisas recentes de estudos ligadas às políticas públicas, realizou-se um breve levantamento em periódico ligado à Geografia no Brasil. Não pretendemos dar ênfase às discussões da produção em trabalhos encontrados, porque foge ao escopo deste trabalho, cabe assinalar apenas, algumas abordagens presente no cenário científico pelos pesquisadores para proporcionar uma visão mais geral sobre as discussões geográficas, portanto, expor sobre as tendências, interesses e perspectivas de análises que se faz, fomentando a sua agenda temática.

É possível indicar assim, alguns instigantes estudos, como o trabalho de Low-Beer (2002) que faz uma leitura do Estado em três diferentes períodos do cenário brasileiro, com uma revisão das políticas econômica; de infraestrutura; diretrizes de desenvolvimento urbano e discute sobre inclusão recente das políticas sociais, dessa maneira, refletindo sobre as mudanças nos últimos anos sobre as políticas públicas. Sobre as políticas públicas com uma

maior preocupação com o setor e a atividade turística, verificamos dois trabalhos, o primeiro de Silva (2010) e o segundo dos pesquisadores Cavalcante e Furtado (2011), este último que chamam à atenção a necessidade de realizar políticas públicas inclusivas para compatibilizar atividades ecoturística e a preservação do ambiente. Seu estudo ainda trás um debate sobre a história das políticas públicas de turismo no Brasil, que se divide em quatro principais períodos, mas que somente a partir da década de 1990 é que elas vêm ocupando um lugar significativo no ambiente de planejamento e gestão pública em diferentes escalas.

Verificamos alguns trabalhos sobre as políticas públicas para o desenvolvimento rural, como por exemplo, o estudo de Lima (2014); de Ribeiro; Dias (2013), este que enfoca sobre os Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa e uso do Biodiesel (PNPB) em áreas rurais, onde toma em sua discussão que as políticas públicas para agricultura familiar são estratégias para o desenvolvimento capitalista no campo, onde promove tensões e conflitos entre as famílias que utilizam. Em síntese, aborda que tais programas e ações buscam inserir as famílias na cadeia produtiva, isto é, fazendo se adequar ao mercado e as questões sociais não são levadas como primordial, assim, a permanência delas no campo entende por ser uma estratégia meramente econômica. Reconhece sobre o discurso do Estado pautado em “melhorias de produção e renda” e ocultando as intenções políticas, citando como exemplo, a negociação da reforma agrária. Outro trabalho é de Saron e Hespanhol (2012) trata sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural de apoio a agricultura familiar, particularmente aos efeitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Brasil.

Tem se ainda um trabalho sobre parques urbanos do pesquisador Marcos Antônio Silvestre Gomes (2014) sobre o discurso de políticas públicas como ideário ecológico. O pesquisador André Santos da Rocha (2012) debate sobre a espacialidade das políticas públicas pensando o território urbano. Já Antonio Paulo Cargnin (2014) discute políticas governamentais, especificamente ao Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub Regionais (PROMESO) e o Programa de Desenvolvimento de Faixa de Fronteira (PDFFF). França (2013) apresenta uma abordagem sobre os limites e avanços dos critérios empregados na atuação e eficiência das políticas públicas, onde faz uma breve análise das

políticas e/ou programas nacionais e suas estratégias de regionalização ao desenvolvimento e a redução disparidades sociais. Carneiro (2010) trata das políticas públicas no desenvolvimento regional;

No estudo de Borges e Serpa (2012) sobre as políticas de desenvolvimento territorial e cultural e na pesquisa Leal e Leal (2012) insere uma reflexão sobre as políticas públicas no Brasil, particularmente as políticas culturais e de patrimônio.

Em relação às políticas públicas ligadas ao gênero, verificamos trabalhos como de Teixeira (2013) que retrata sobre a cidadania, políticas públicas e a chefia de famílias femininas. Assim, toma como preocupação elementos em relação às políticas de gênero no país, mencionado que as mesmas foram inseridas na agenda política nacional a partir de da Constituição de 1988 e pelos movimentos sociais, permitindo uma possível visibilidade da diferença entre homem e mulheres. Outro estudo, da pesquisado Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco (2010) trata sobre as relações entre a demanda das mulheres chefes de família e a política habitacional realizada por meio da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – PROLAR.

Verificou-se ainda o trabalho de Travassos; Souza; Silva (2013) sobre as políticas públicas implementadas pelo Estado nacional ao combate a seca e desertificação e Ribeiro (2014) que trata das contribuições da Geografia às políticas públicas e sobre a política de implantação da fitoterapia (plantas medicinais e fitoterápicos) no Sistema Único de Saúde (SUS).

## **Considerações Finais**

Como se verificou, as políticas públicas constituem em diversos países uma importante ferramenta para a organização/gestão e planejamento território. No Brasil as mesmas só passaram a receber maior incidência nas últimas duas décadas, são ações do Estado para promover o desenvolvimento em diferentes escalas. Este trabalho procurou evidenciar as lacunas presentes ainda sobre a abordagem na Geografia, e mostrar que é um campo que tem muito a aguçar.

Portanto, procurou-se ao longo do estudo, ler o território pela ação das políticas públicas, que são praticas espaciais com intencionalidades e

envolve relações de poder, e ainda, envolve de dois elementos significativos, localização e distribuição.

## Referências

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 7-9, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria da política. 14º Ed. Tradução Marcos Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Sérgio Silva; SERPA, Angelo. O papel dos agentes públicos e da sociedade civil na implementação de políticas de desenvolvimento territorial no estado da BAHIA: uma análise preliminar. **Revista Geografica**, nº11, p.31-59, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. Escalas federativas de decisão política no Brasil. Limites institucionais do desenvolvimento regional. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. Da; CORREA, R. L. (Orgs). **Olhares geograficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p.9-26.

CASTRO, Iná Elias de. O território e o poder autônomo do Estado. Uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. In **Espaço e tempo: complexidade e desafio de pensar e do fazer geográfico**. MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. (org.). Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 579-593.

CASTRO, Iná Elias de. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Olhares Geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**. Território, escala de ação e instituições. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

CARGNIN, Antonio Paulo. Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no rio grande do sul. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, 2014.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. O papel das políticas públicas e o desenvolvimento regional no Brasil: do paradigma mentalista ao lingüístico. **Boletim goiano de geografia** (Online) Goiânia, v. 30, n. 2, p. 113-123, 2010.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. Edna Maria Furtado. Políticas públicas de turismo em unidades de conservação. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 133-146, 2011.

CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. A contribuição da sociologia para análise de políticas públicas. **Lua Nova**, São Paulo, p. 33-62, 2012.

DONIZETE, Ribeiro, Dinalva; Dias, Mariza Souza. Políticas Públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, 2013.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil, Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p.211-259, jun. 2000.

FRANÇA, Karla Christina Batista de. As experiências de regionalizações, políticas públicas e o papel do Estado brasileiro no século XXI. **RA´E GA**. n 28 2013, p.26-66.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 79-90, 2014.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Agenda governamental e o processo de políticas públicas: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. **IPEA**: Brasília, 2008.

LEAL, Alessandra Fonseca; LEAL, Erika Adriana. Políticas públicas, culturas populares e patrimônio cultural imaterial: meios e alternativas. **RA´E GA** 26, p. 247-269, 2012.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.3, p. 56-71, 2001

LOW-BEER. J. O Estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997). **Espaço & Geografia**, V.5, n2,p.65 -100,2002

LIMA, Francisco Valdenir. Pivas: das gavetas viciadas dos altos escalões administrativos à política pública de desenvolvimento rural. **Revista OKARA**.v.8, n.1, p. 126-139, 2014

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Revista Tópos**, Presidente Prudente/SP, v. 4, p. 9-32, 2010.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out., 2011

NUNES, Rodrigues, Juliana. Participação e cooperação nas escalas locais em dois modelos de Estado: França e Brasil. In *Espaço da Democracia: para a agenda da Geografia Política Contemporânea*. 2013.

PACHECO, Juliana Thaisa Rodrigues. Demandas habitacionais de famílias mono parentais com responsabilidade feminina e as políticas públicas municipais desenvolvidas pela PROLAR entre 2004 à 2007 em Ponta Grossa – PR. **Revista Latino – americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa. v.1,n.2,p.233-244,2010.

REIS, Elisa Pereira. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Contribuições da geografia às políticas públicas: território usado como condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS). **Boletim goiano de geografia** (Online). Goiânia, v. 34, n. 2, p. 381-397, 2014.

ROCHA, André Santos da. Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano – algumas reflexões. **Geo UERJ**. Ano 14, nº. 23, v. 1, 2012 p. 99-113.

RODRIGUES, Juliana Nunes. Políticas públicas e geografia: retomada de um debate. **GEOSP – Espaço e Tempo, São Paulo**, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

RUCKET, Aldomar A. Reforma do Estado, reestruturação territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **Revista GeoUSP**. São Paulo, n 17, p. 79 - 94, 2005

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savéria. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível Internacional e no Brasil. In Desenvolvimento territorial e agroecologia. ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs). 1. ed, Editora Expressão Popular: São Paulo, 2008, p. 15-31

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

SANTOS, Milton; Silveira, María Laura. **O território e a sociedade no início do século XXI**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL. Antonio Nivaldo. O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. **Geo UERJ** - Ano 14, nº. 23,v. 2, 2012 p. 656-683.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. 2007

SERPA, Ângelo. Políticas públicas e o papel da Geografia. In: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011. Disponível em: [www.anpege.org.br/revista](http://www.anpege.org.br/revista)

SILVA, Kelson de Oliveira. Políticas públicas e a promoção do turismo no rio grande do norte. **Mercator** – v. 9, n. 18, 2010, p. 71- 79

SILVA, Sandro Pereira. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, p. 1-21, 2012.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de ciências Sociais**, v18, n51, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n.16, 2006, p.20-45.

SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Território, Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, n. 1, v. 1, 1996.

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2013.

TEIXEIRA, João Batista Flores. Mulheres Chefes de Famílias e Políticas Públicas: o Contraste com a Realidade no Bairro Getúlio Vargas (BGV), Rio Grande (RS). **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n.2, p.86-95,2013.

TRAVASSOS, Ibrahim Soares; SOUZA, Bartolomeu Israel de; SILVA, Anieres Barbosa da. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. **Revista OKARA**, v.7, n.1, p. 147-164, 2013.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. **Avaliação de políticas públicas**: uma revisão teórica de um campo em construção. RAP, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.